

Campeonato Gaúcho de Supermoto 2008/2009

REGULAMENTO

ART. 01 A FEDERAÇÃO GAÚCHA DE MOTOCICLISMO é a única entidade habilitada por lei a autorizar, aprovar e supervisionar atividades motociclísticas em território estadual e, em consequência, elabora o presente regulamento.

ART. 02 PRAZO

Este regulamento entrará em vigor a partir do momento de sua publicação e divulgação pela FGM junto aos filiados.

Emendas de aperfeiçoamento a este Regulamento Técnico estão previstas se necessárias no decorrer do Campeonato.

ART. 03 - O presente regulamento é válido para todo o território estadual durante os anos de 2008 e 2009.

ART. 04 ORGANIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO

A) O Campeonato Gaúcho de Supermoto será realizado com 3 a 7 etapas, nos kartódromos aprovados pela FGM.

B) As competições somente podem ser organizadas e promovidas por entidades ou empresas devidamente credenciadas pela FGM.

C) A FGM se reserva o direito, em comum acordo com os organizadores, de adiar, suspender e alterar horários e circuitos.

D) Os horários e os nomes das autoridades da prova deverão constar no regulamento suplementar de cada etapa.

E) Se, por qualquer motivo de força maior ou de segurança, a corrida não se realizar, os organizadores não serão responsáveis perante os participantes, nem serão obrigados a qualquer tipo de indenização.

F) Ao organizador compete ter nos treinos oficiais, bem como nas provas, uma equipe MÍNIMA de 1(um) médico, equipe de resgates e enfermeiros, que deverão estar munidos de: 1 (uma) UTI móvel e 1(uma) ambulância com reanimação (Tipo B).

ART. 05 AUTORIDADES DA PROVA

São: o Presidente do Júri, os Membros do Júri, o Diretor de Prova e o Comissário Técnico.

ART.06 PRESIDENTE, MEMBROS DO JÚRI E DIR. DE PROVA.

Seus nomes deverão constar no Regulamento Suplementar de cada Prova.

Caso o Presidente do Júri nomeado não possa chegar a tempo no evento, o Júri elegerá um novo Presidente, provisório, entre os membros.

ART. 07 INSCRIÇÕES

A) Todos os pilotos deverão ser titulares de uma licença nacional, expedida pela CBM, para o ano de 2008 / 2009.

B) As inscrições deverão ser feitas antecipadamente **ATRAVÉS DO EMAIL**

fgm@fgm.com.br , até a **QUARTA-FEIRA** que antecede a prova, e terão um

desconto correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da inscrição. Qualquer inscrição realizada após este prazo perderá o desconto. O prazo final de inscrição é a manhã da etapa, na secretaria de prova, no local do evento.

As inscrições feitas antecipadamente somente terão validade após pagamento do depósito bancário.

C) Para os pilotos menores de 18 anos é obrigatória a apresentação de autorização dos pais ou responsáveis, com firma reconhecida (original).

D) Para cada equipe caberão 9 credenciais, sendo uma de piloto, quatro de grid, quatro de Box e uma de credenciamento de estacionamento. Perante a organização, as credenciais serão de responsabilidade do piloto.

E) A participação de pilotos estrangeiros em equipe está sujeita à apresentação dos documentos abaixo enumerados:

- Visto de trabalho temporário ou permanente, conforme art. 41, item II do decreto 2.574, de 29/04/98.

- Apólice de seguro esportivo, conforme código esportivo da Federação Internacional de Motociclismo (FIM).

- Autorização de desimpedimento da federação de origem, válida para o ano vigente.

- Contrato registrado de trabalho/prestação de serviço e/ou patrocínio, de acordo com o artigo 354 da seção I, do capítulo II, do título III, da CLT. "Decreto Lei 5452 de 01/05/43"

- Contrato de trabalho/prestação de serviço e/ou patrocínio, de 02 (dois) pilotos brasileiros, nas mesmas condições de proporcionalidade, de acordo com o artigo 354 da seção I, do capítulo II, do título III, da CLT. "Decreto Lei 5452 de 01/05/43".

- Licença de Filiação Nacional Válida para o ano.

F) É possível a participação de pilotos convidados em provas do campeonato, desde que sejam portadores de uma licença internacional de sua união continental. Porém, NÃO MARCARÃO PONTOS, nem terão direito à ajuda de custo ou premiação em dinheiro.

G) É obrigatória a apresentação de exame médico de aptidão para prática de esportes na primeira participação no campeonato.

ART. 08 MOTOCICLETAS E CLASSES

A) As motocicletas estão divididas em categorias que devem ser observadas para todos os eventos.

B) Escolha da Motocicleta é permitido no máximo, 2 (duas) motos para cada piloto. Os pilotos podem trocar de motocicleta entre e durante os treinos, porém devem efetuar a troca dentro da zona de espera de modo que nunca tenham 2 (duas) motocicletas dentro do circuito ao mesmo tempo.

C) As classes reconhecidas para o Supermoto são as seguintes:

- ☐ **SM1** – Aberta a motocicletas Enduro / MotoCross especiais para prática do esporte acima de 125cc 2 t ou 300cc 4 t.

- ☐ **SM2** – Aberta a motocicletas especiais Enduro / MotoCross de 125cc 2 t ou até 300cc 4 t.

- ☐ **SM3** – Aberta a motocicletas nacionais Trail 2 t ou 4 t homologadas pela CBM.

- **SM3 Incentivo** – Aberta a motocicletas nacionais 4 t 250cc,
- **Street.** – Motocicletas nacionais 4t até 150 cc ou 2t até 80 CC. homologadas pela FGM.

D) Para a classe **SM1, SM2 e SM3 incentivo** é obrigatório manter a cilindrada original da motocicleta.

E) Na classe **SM3** a cilindrada poderá ser alterada.

F) As classes **SM1** e **SM2** poderão usar **Pneu "slick"** especiais de competição.

G) Os pilotos menores de 18 (dezoito) anos deverão apresentar um Termo de Responsabilidade (conforme modelo da CBM, firmado em conjunto com o seu responsável legal). As assinaturas deverão ser autenticadas em cartório.

ART. 09 PERCURSO

O percurso deverá ser homologado pela FGM, e opcionalmente poderá ter no mínimo 20% e no Máximo 30% de terra.

A direção de prova pode modificar o percurso por motivos de força maior.

A) Nos circuitos com parte de terra, será providenciado um desvio para o percurso da categoria SM4.

ART. 10 REGULAMENTO SUPLEMENTAR

O Regulamento Suplementar deve estar de acordo com o modelo oficial da Comissão de Supermoto e deverá nomear os responsáveis da prova.

ART. 11 TREINOS E VISTORIA TÉCNICA

A) A VISTORIA TÉCNICA é obrigatória e deverá ser realizada antes dos treinos livres oficiais. Durante a vistoria os pilotos são obrigados a apresentar suas motocicletas e seus equipamentos de segurança: capacete, botas, luvas, joelheiras e cotoveleiras.

B) TREINOS LIVRES; Os organizadores promoverão treinos livres, que devem ser mencionados no regulamento suplementar.

C) TREINOS CRONOMETRADOS; Os treinos cronometrados deverão ser realizados com duração mínima de 20 min. para cada classe. É obrigatória pelo menos uma volta completa para ser classificado.

D) A promotora se reserva o direito de vistoriar as motos a qualquer momento durante as etapas. O piloto que não quiser submeter sua moto a vistoria, será desclassificado da etapa. O limite de ruído Máximo permitido é de 98dba. Será considerada uma tolerância de +2dba ao final da prova.

E) A pena para ultrapassar o limite Máximo de ruído é de 1 minuto: acrescentado ao seu tempo de prova ou será classificado como o último da volta percorrida.

F) **Será aplicado um índice de corte de 115% sobre o tempo do primeiro colocado no grid.** O índice de corte significa que o tempo de volta mais elevado para que um piloto seja admitido no grid de largada não poderá ser superior a 115% do tempo da pole position de sua categoria.

ART. 12 ORDEM DE LARGADA

A ordem de posicionamento no grid será determinada da seguinte forma:

1ª Bateria: será realizado um treino classificatório de 30 minutos, prevalecendo a melhor volta de cada piloto.

Top qualify: Os 10 primeiros classificados sairão para uma volta lançada.

2ª Bateria A ordem do grid de largada será definida pela classificação da 1ª bateria.

ART. 13 WARM UP

Pode haver um aquecimento de pelo menos 10 min. para cada classe. A participação dos treinos livres é opcional e reservada para os pilotos qualificados.

ART. 14 GRID DE LARGADA

A formação do Grid será determinada pelo melhor tempo de cada piloto nos treinos cronometrados. O Grid será formado da seguinte forma: 2x2x2... Ou definido no regulamento suplementar ou ainda pelo diretor de prova na reunião com pilotos. O número de motocicletas por bateria será definido no regulamento suplementar ou durante a reunião com os pilotos.

Em qualquer caso, o grid nunca será formado por menos que seis motos. Não haverá largada com menos de seis motos, o Diretor de prova poderá juntar as categorias neste caso.

ART. 15 PROVAS

A duração de cada bateria será de **20 minutos + 2 voltas.**

Poderão ser realizadas mais de uma bateria por classe em cada evento.

ART. 16 PROCEDIMENTOS DE LARGADA

As motocicletas devem se apresentar à zona de espera 10 minutos antes da largada.

5 minutos antes da largada as motocicletas serão encaminhadas para o Grid. Será apresentada uma placa 1 minuto antes da largada, momento onde os pilotos devem ligar as suas motos.

Será apresentada uma placa de 30 segundos para a largada. Neste período o fiscal de largada com a placa de 30 segundos se colocará do lado de fora da pista e será ligada a luz vermelha, de 2 a 5 segundos, a luz se apagará dando a largada. Somente pilotos e motocicletas terão acesso ao Grid de largada.

ART. 17 TROCA DE MOTOCICLETAS

A troca de motocicletas está **PROIBIDA** durante a bateria.

ART. 18 PONTUAÇÃO

A) Para obter classificação o piloto deverá;

Completar o mínimo de 75% de voltas realizadas pelo vencedor. (Caso o número não seja inteiro, arredondar para o número imediatamente superior).

• Receber a bandeira de chegada até 5 min depois da chegada do vencedor, segundo a cronometragem oficial.

Posição Pontuação

1° 25 - 2° 20 - 3° 16 - 4° 13 - 5° 11 - 6° 10 - 7° 9 - 8° 8
- 9° 7 - 10° 6 - 11° 5 - 12° 4 - 13° 3 - 14° 2 - 15° 1

ART. 19 CLASSIFICAÇÃO FINAL

Todos os resultados das baterias organizadas serão levados em consideração para o estabelecimento da classificação final de pilotos. Em caso de empate, no final do campeonato, o desempate será como segue por ordem de prioridade:

A) maior número de vitórias.

B) melhor posição na última prova do campeonato.

O ranking 2006 será baseado na pontuação do campeonato em cada uma das categorias.

ART. 20 DISCIPLINAR

A) a organização do evento determinará o local aonde serão cumpridas as penalidades de "stop and go".

Conforme código disciplinar da FIM o Júri poderá tomar decisões sobre as infrações e punir imediatamente o Piloto durante a prova.

As punições possíveis são:

- Advertência.
- Multa de até R\$ 2500,00.
- Penalidades de tempo ou pontos.
- Exclusão da etapa.
- Suspensão nacional não superior a 30 dias.
- Encaminhar solicitação de punição maior à Comissão Disciplinar.

Abaixo, exemplos de punições:

• Em caso de ultrapassagem em pista sob bandeira amarela, o piloto terá que cumprir uma penalidade de "stop and go" de 5 segundos. *Será mostrada uma placa com o número do piloto e a palavra "STOP", por um máximo de três voltas. Se o piloto não cumprir a penalidade, será desclassificado da etapa.*

• Não atender a pedido de comissário ou autoridade; - 1º Advertência.

• Queimar largada; "Stop and GO" (entrar, parar 5 segundos e sair) Após 3 passagens sem efetuar o "Stop and GO" será mostrada a Bandeira Preta.

• Não respeitar regulamentos do Campeonato; - Exclusão da Etapa.

Agressão física ou moral às autoridades da Prova; Exclusão da Etapa e pedido de punição à Comissão Disciplinar da CBM. (Desclassificação do Campeonato, suspensão e/ou cassação de licença) .

ART. 21 PROTESTO, RECLAMAÇÕES E RECURSOS.

A) Os protestos contra pilotos, motocicletas e atitude antidesportiva deverão ser feitos por escrito pelo piloto ou chefe de equipe e entregue ao Diretor de Prova, até 30 min. após a chegada do primeiro.

B) Protestos contra resultados deverão ser feitos por escrito pelo piloto e entregues ao Diretor da Prova até 30 minutos após a divulgação do resultado final.

C) Todos os protestos devem ser ESPECÍFICOS POR ITEM e acompanhados de uma taxa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

D) Os protestos serão avaliados pelo Júri da Prova; no caso de procedência, o valor será devolvido ao reclamante, caso contrário, reverterá a favor da CBM. No caso de reclamação técnica, 50% irá para a equipe da moto reclamada.

E) Não cabem protestos contra decisões das autoridades da prova.

F) Conforme estatutos do Código disciplinar da FIM, para o recurso contra a decisão do Júri da Prova o reclamante deverá encaminhá-lo à Comissão Disciplinar no prazo de 5 dias e acompanhado do valor de 10 salários mínimos.

G) No caso de recurso contra decisão da Comissão Disciplinar o recurso deverá ser encaminhado no prazo de 10 dias ao Tribunal de Justiça Desportiva e acompanhado do valor de 20 salários mínimos.

H) Os casos omissos a este regulamento serão julgados de acordo com os regulamentos da FIM.

Comissão de Motovelocidade e Supermoto